

PL 1005 ATACA OS SERVIDORES MUNICIPAIS

O prefeito Eduardo Paes enviou à Câmara dos vereadores, no dia 09/06, O Projeto de Lei nº1005/2011, que trata da capitalização do FUNPREVI. Esta é a forma final do projeto apresentado aos vereadores em abril, chamado na época de "plano de insolvência". A proposta é solucionar os problemas do fundo através de algumas medidas. Entre elas os royalties do petróleo, a transferência de imóveis e a complementação suplementar do Tesouro Municipal por 35 anos.

Os royalties do petróleo ainda não foram definidos. Portanto como a prefeitura pode acreditar que este dinheiro acabará com o rombo do fundo sem nem ao menos ter certeza sobre esta questão ou o valor que o município arrecadará? Os imóveis pertencentes ao PREVI-RIO que serão transferidos para o FUNPREVI estão avaliados em cerca de R\$300 milhões.

Porém no texto deste projeto final eles estão avaliados em mais de R\$1 bilhão. Será que esta super avaliação foi criada só para maquiar o déficit que o fundo ainda terá?

A complementação suplementar do Tesouro Municipal será a transferência de



verbas para o pagamento de aposentadorias e pensões. A saúde e educação estão separadas das outras secretarias porque tem uma verba obrigatória constitucional. Isso significa que parte dos 25% que deveriam ser investidos na educação pública servirão também para o pagamento de aposentadorias e pensões.

Para 2011 a proposta é que no mínimo (piso) sejam transferidos R\$50.453.291,18 e no máximo (teto) R\$ 52.975.956,74.

Por isso exigimos uma audiência pública para discutir esse assunto, a punição aos responsáveis pelo rombo e o fim do PLC 41 e do PL 1005.

PL 1005 PREVÊ ATÉ VENDA DA SEDE DA PREFEITURA

No projeto de lei enviado para a Câmara pelo prefeito como alternativa para saldar as dívidas com o Funprevi consta até a possibilidade do prefeito Eduardo Paes vender os prédios do Centro Administrativo São Sebastião e mais 12 imóveis na região do Teleporto, na Praça Onze.

Se os vereadores aprovarem o projeto, eles darão uma carta branca para o prefeito, que poderá alienar o patrimônio público para cobrir os rombos provocados por sucessivas e desastrosas administrações do Funprevi.

Segundo reportagem publicada pelo Jornal O Globo, o Fundo tem sido cercado por suspeitas de má gestão.

Auditoria do TCM e por uma CPI da Câmara de Vereadores mostram que o fundo, criado em 2002, teve que arcar com o pagamento de funcionários aposentados bem antes da sua criação (entre os anos de 1998 e 2002).

Ou seja, o então prefeito César Maia resolveu pagar as despesas contraídas antes de o fundo ser criado e que deveriam ser pagas com as receitas do tesouro municipal.

FUNDO FOI CRIADO PARA ATUAR DE FORMA AUTONOMA

O Instituto de Previdência do Município (Previ-Rio), responsável pela gestão do Fundo de Previdência do Município (Funprevi), foi criado em 1987 como uma autarquia municipal. Ele foi criado para ter autonomia administrativa, patrimonial de gestão financeira sendo encarregado, além das aposentadorias e pensões, de conceder benefícios, como cartas de crédito para a aquisição de casa própria, auxilia funeral e creche.

Mas, ao longo dos anos, uma série de administrações inaptas provocaram a dilapidação do seu patrimônio e a crise atual.

É A PRIVATIZAÇÃO DA ESCOLA PÚBLICA NA PRÁTICA

Com um gasto ainda maior para o pagamento de aposentadorias e pensões não sobrar dinheiro para as escolas e creches. Não é à toa que a Prefeitura criou o programa "Adote uma escola". A lógica é que cada unidade escolar encontre um empresário para financiá-las, ou seja, PRIVATIZAÇÃO.

O PL 1005 transfere os prejuízos e a culpa da má administração da Prefeitura em relação ao FUNPREVI para os servidores e a população.

Além disso, este projeto não encontra amparo nas normas referenciais das ciências contábeis e atuariais, além de conter questões que entram em desacordo com a legislação previdenciária vigente.

O anúncio feito pela Prefeitura ao jornal "O DIA" sobre a garantia dos programas como o financiamento imobiliário, plano de saúde e outros benefícios previstos em lei não será cumprido. Estudos preliminares de m o n s t r a m q u e o P L

impedirá recursos para a garantia de tais programas, uma vez que destrói a capacidade de sustentação do fundo. Está claro também que este projeto altera de forma temerária a fonte de pagamento da grande massa de servidores já aposentados antes da vigência do FUNPREVI.

Na prática é a privatização da escola pública, pois com que dinheiro as escolas comprarão materiais ou farão obras para a manutenção da estrutura física?

MOTIVOS PARA LUTAR NAS ESCOLAS MUNICIPAIS DO RIO

1) A prefeitura aumentou em 30,78% a arrecadação municipal. Mas isso não se refletiu em melhorias das condições de trabalho nem em aumento salarial. Nosso reajuste foi de míseros 6,5%;

2) A prefeitura não aplica os 25% das verbas na educação, mas a maioria das escolas precisa de reformas, não tem quadra de esportes e as salas são super lotadas;

3) Faltam professores e funcionários nas escolas e creches. Não temos um Plano de Carreira

Unificado. 80% das funções foram extintas no quadro funcional das escolas;

4) Os agentes auxiliares de creche são super explorados com a dupla função e as merendeiras estão sendo extintas.

5) A escola pública está sendo privatizada. Institutos e Fundações hoje determinam qual a proposta pedagógica que os profissionais devem aplicar, impõe avaliações externas padronizadas não levando em conta a realidade de cada escola,

nos transformam em meros aplicadores de apostilas e o aprendizado de nossos alunos em números.

6) O Plano de metas transforma a educação em uma fábrica, desvaloriza os profissionais e retira dos alunos o acesso ao conhecimento.

7) A prefeitura vendeu nossa aposentadoria como moeda de troca para o empréstimo com o Banco Mundial através do PLC 41. Agora quer que paguemos o rombo do FUNPREVI com o PL1005.